

Instituto Estadual de Florestas reconhece a 300^a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Minas Gerais

Qui 15 janeiro

Minas Gerais alcançou um marco histórico na conservação ambiental com o reconhecimento da 300^a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) no estado. A nova unidade, denominada RPPN Mundo dos Gigantes, foi oficializada pela [Portaria IEF nº 83](#), de dezembro, e está localizada no município de Bocaina de Minas, protegendo uma área de 10 hectares.

Com o reconhecimento da RPPN Mundo dos Gigantes, o [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#) passa a contabilizar 300 reservas particulares em Minas Gerais, que juntas somam aproximadamente 118 mil hectares de áreas naturais protegidas.

Somam-se a essas outras 99 RPPNs reconhecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no estado, que abrangem cerca de 31.586,74 hectares.

Ao todo, Minas Gerais conta com 399 RPPNs, responsáveis pela proteção de aproximadamente 150 mil hectares, consolidando o estado como o que possui o maior número de reservas particulares do Brasil. O resultado reforça o protagonismo mineiro na adoção de instrumentos voluntários de conservação da biodiversidade.

A criação da RPPN número 300 representa um avanço significativo na ampliação da cobertura de áreas naturais preservadas em um território que abriga trechos sensíveis e estratégicos de biomas como Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

Essas áreas desempenham papel fundamental na manutenção da biodiversidade, na proteção de recursos hídricos e na conectividade entre ecossistemas.

As RPPNs são criadas de forma voluntária pelos proprietários rurais, com base em um compromisso socioambiental de preservação perpétua da área. Além de assegurar a conservação do patrimônio natural, essas reservas permitem o desenvolvimento de atividades como pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo, contribuindo para a geração de conhecimento e para a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção ambiental.

Os proprietários também têm acesso a benefícios, como a manutenção da posse da terra, isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a área protegida, priorização na análise de projetos ambientais e possibilidade de apoio técnico por parte dos órgãos ambientais.

Segundo a diretora de Unidades de Conservação do IEF, Letícia Horta, as RPPNs têm papel estratégico na política ambiental do estado. “As RPPNs em Minas Gerais representam um instrumento estratégico de política ambiental, pois promovem a conservação voluntária do

patrimônio natural, fortalecem a conectividade ecológica, ampliam a proteção da biodiversidade e consolidam parcerias entre o poder público e a sociedade na gestão sustentável do território”, afirma.

O reconhecimento da 300^a RPPN simboliza mais um passo importante na consolidação de uma rede de áreas protegidas que contribui de forma efetiva para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais e para a proteção de espécies e ecossistemas essenciais para o Brasil.